

URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA OU REVOLUÇÃO URBANA? DE VOLTA À HIPÓTESE DA URBANIZAÇÃO COMPLETA DA SOCIEDADE

Rodrigo Castriota

CEDEPLAR/UFMG

RESUMO

O caráter planetário do urbano parece inquestionável diante dos discursos hegemônicos contemporâneos que atestam o privilégio irrevogável das cidades. Este trabalho apresenta a contra-narrativa da urbanização planetária a partir dos trabalhos de Brenner e Schmid, sua crítica ao discurso da era urbana e ao papel da cidade como ideologia e suas teses em urbanização rumo a uma nova epistemologia do urbano. Tendo como referência os trabalhos de Henri Lefebvre e Roberto Monte-Mór, apresentamos fricções e pontos de diálogo com as teorizações clássicas do urbano e da urbanização extensiva por uma perspectiva mais ampla da hipótese de urbanização completa da sociedade.

Palavras-Chave: Urbanização Planetária; Urbanização Extensiva; Implosão-Explosão; Henri Lefebvre.

Área Temática: Economia

INTRODUÇÃO

A *urbanização planetária* (re)emergiu como uma das grandes narrativas no campo dos estudos urbanos, intensificando o resgate de Henri Lefebvre na contemporaneidade. Sob essa perspectiva foi produzido um grande número de trabalhos entre tentativas de teorização e críticas a esses trabalhos preliminares. Neil Brenner¹ e Christian Schmid² – responsáveis pelo reflorescimento dessa agenda de pesquisa – publicaram vários trabalhos na tentativa de desconstruir algumas ideias (re e con)correntes nos estudos urbanos, simultâneo a um esforço de mobilizar e consolidar uma rede heterogênea de pesquisadores³. Os autores (re⁴)atestaram uma aparente ausência de harmonia nos estudos urbanos e apontaram os problemas subsequentes: muitos *frameworks* epistemológicos, muitas hipóteses ontológicas, baixa capacidade de atuação coletiva. Tudo isso se traduziria em falhas recorrentes da teoria (urbana) crítica em oferecer alternativas às ideologias hegemônicas do capitalismo contemporâneo. Seria necessária uma unidade entre os estudiosos da teoria urbana capaz de desvendar e denunciar as instrumentalizações e ideologias. Entretanto, essas elaborações recentes tem conexão limitada com alguns trabalhos desenvolvidos nos últimos 40 anos – sobretudo a teorização acerca da *urbanização extensiva*, concebida por Roberto Monte-Mór – e mesmo com algumas das concepções lefebvrianas do *urbano* e da urbanização.

Parte-se, neste trabalho, da crítica ao *citadismo* metodológico nos estudos urbanos e ao discurso da era urbana de Brenner e Schmid. Prosseguiremos com suas teses em urbanização que desejam caminhar rumo uma nova epistemologia do urbano. Finalmente, tomando como referência o trabalho de autores clássicos, serão expostos pontos de diálogo e de tensão entre essas teorizações que culminam na crítica da concepção contemporânea de urbanização planetária.

ESTUDOS URBANOS, CIDADE E IDEOLOGIA

O trabalho de Neil Brenner (2009) marca o início de um projeto que reivindica a integração das questões urbanas à teoria social crítica, de modo que estas não mais se restrinjam a um campo de estudos⁵. À teoria crítica caberia enfatizar e desvendar a disjunção entre o real e o possível, além de garantir a reflexividade epistemológica – ou seja, uma teoria orientada por condições históricas específicas. Diante desse conjunto de proposições, o autor evoca o trabalho de Henri Lefebvre (1999 [1970]) que conjuga essa universalidade do fenômeno urbano com a construção de um *urbano* possível. O propósito de Brenner é (re)posicionar a urbanização capitalista não apenas como indutor do crescimento das grandes cidades, mas como processo de extensão do tecido urbano em toda a multiplicidade

¹ Professor de Teoria Urbana na *Graduate School of Design* de Harvard e diretor do *Urban Theory Lab*.

² Professor de Sociologia no *Department of Architecture* na EHT-Zurich e pesquisador na *EHT Studio Basel* e no *Contemporary City Institute*.

³ Esses trabalhos não serão apresentados em sua totalidade. Ver, principalmente, Friedmann (2014), Arboleda (2015), McGee (2014), Wilson e Bayón (2015), Merrifield (2014).

⁴ Edward Soja (2000) descreveu o cenário intelectual dos estudos urbanos: o melhor e o pior dos tempos. Por um lado, um campo de estudo cada vez mais diversificado em termos metodológicos e (inter)disciplinares; por outro, um campo repleto de desentendimentos, discordâncias e discrepâncias entre teorias e práticas urbanas.

⁵ Argumento que nos leva de volta a Lefebvre (1999 [1970], p. 59) e sua reivindicação de uma universidade devotada ao estudo do fenômeno urbano que reúna todas as disciplinas existentes em torno da problemática urbana.

que o termo carrega, para além do planeamento e do urbanismo⁶ *mainstream* e de seus indicadores de tamanho e densidade populacional. Para Brenner (2011), até a segunda guerra todas as tentativas de definir esse objeto se basearam, em alguma medida, nas ideias de Louis Wirth, no urbano como um tipo de assentamento. A partir daí foram cristalizadas (e fetichizadas) algumas tipologias com as quais se trabalham até hoje: cidade/urbano; subúrbio; campo/rural, de modo que os estudos urbanos nunca tiveram sucesso ao definir um objeto de pesquisa. No pós-guerra, essas tipologias wirthianas começaram a ser questionadas e seu sentido como objeto começou a desvanecer, culminando em uma explosão de termos⁷.

Para Brenner e Schmid (2011), esse aparato teórico wirthiano se adequa mais ao século XX (do urbano demarcado como o oposto do rural) do que à atualidade. Os autores identificam, nos últimos 30 anos, uma intensificação particular do processo de reestruturação urbana com alguns elementos principais. Primeiramente, a criação de novas escalas de urbanização geradas por uma *urbanização extensiva* a partir de regiões metropolitanas polinucleadas, resultando em um espraiamento de “galáxias urbanas”. Além disso, houve um embaçamento e uma rearticulação de territórios urbanos, identificáveis apenas pela dispersão de suas funções centrais para subúrbios e *hinterlands*: consumo (*shopping centers* e sedes de empresas), instituições (centros de pesquisa e ensino e sedes de órgãos públicos), cultura (teatros, cinemas e casas de shows), etc. Ademais, as próprias *hinterlands* se desintegraram a partir de reconfigurações funcionais para facilitar a expansão da industrialização, associando novos espaços às redes urbanas planetárias – incluídos os espaços “selvagens” (ou territórios extremos⁸) a partir das consequências socioecológicas das transformações (extensões) urbanas.

Assim, se por um lado a urbanização transformou o uso de terras mais distantes das grandes aglomerações (direcionados principalmente para energia e extrativismo), por outro formou megacidades e redes densas e interdependentes. Mudanças nos padrões regulatórios (ainda mais) direcionados para o desenvolvimento industrial em escala global acompanham este processo, que é também marcado pelos regimes neoliberais nas múltiplas esferas institucionais (BRENNER e SCHMID, 2015a).

A “cidade”, assim como outras unidades, se tornou uma ferramenta analítica obsoleta, de modo que não se pode mais fazer diferenciações entre as grandes aglomerações urbanas e as zonas menos densas através das categorias convencionais. Basta tomar a ideia de subúrbio: o sub-urbano é também urbano? Como ele pode ser *diferenciado* depois do processo de descentralização econômica? Em outras palavras, por que sempre assumir que existe um “não-urbano”, um “exterior constituinte”? Este é o argumento central de Brenner (2014b): por uma *teoria urbana sem um “lado de fora”*⁹.

Nesse sentido, Brenner e Schmid (2015a) recuperam a crítica da *unidade* de Manuel Castells (1983 [1972], p. 334). Para este autor, “a não-delimitação teórica do espaço tratado (...) faz com que o relacionemos a uma divisão culturalmente

⁶ Além de Brenner (2011), ver também Limonad (2015), Monte-Mór (2006b) e Costa (2015) para uma revisão crítica da história do planeamento e do urbanismo.

⁷ O artigo de Taylor e Lang (2004) – intitulado *The Shock of the New: 100 concepts describing recent urban change* – apresenta essa erupção de conceitos e denuncia uma certa pretensão de provocar uma “revolução” nos estudos urbanos ou uma mudança de paradigmas.

⁸ Este projeto do *Urban Theory Lab* coordenado por Brenner busca colocar à prova a factualidade absoluta do termo *urbanização planetária* através da investigação da extensão do tecido urbano aos chamados (euroamericanamente) territórios extremos: Sibéria, Ártico, Himalaia, África Sahariana, Amazônia, Oceano Pacífico, Deserto de Gobi e até mesmo a atmosfera terrestre.

⁹ Tradução do título original *Urban Theory Without an Outside*.

prescrita (e portanto, *ideológica*)". No caso da *cidade*, para Castells fundamentada no *urbano-unidade do aparelho político-jurídico*, constata-se "uma inadequação quase completa entre estas fronteiras políticas e a especificidade de seu conteúdo social" (*ibid*, p. 335). Ao retomar a crítica de Castells, Brenner e Schmid (2015a) sugerem uma associação entre a crise epistemológica dos anos 1960 e 1970 nos estudos urbanos e a obsessão contemporânea com as cidades como objeto de análise. Hillary Angelo e David Wachsmuth (2014) utilizaram o termo *cidadismo*¹⁰ metodológico para descrever a naturalização e o privilégio dado à "cidade" nas teorias (e práticas) urbanas, principalmente no campo da ecologia política urbana, no qual a "não-cidade" seria, em muitos dos casos, um objeto mais significativo. Para Matthew Gandy (2014, p. 86), as "cidades são apenas uma forma particular de urbanização". Ou, nas palavras de David Harvey (2014 [1996], p. 61), "a 'coisa' que chamamos de 'cidade' é o resultado de um 'processo' chamado 'urbanização'".

Se se incorpora essa crítica à unidade e ao *cidadismo* metodológico, imediatamente se questiona a própria existência de um campo de estudos destinado à investigação d'A Cidade. Ao objeto "cidade" resta a existência enquanto ideologia ou categoria histórica.

O conceito de cidade não corresponde mais a um objeto social. Portanto, sociologicamente trata-se de um pseudo-conceito. Não obstante, a cidade tem uma existência histórica que não se pode desconsiderar. Ainda há e por muito tempo haverá cidades pequenas e médias. Uma imagem ou representação da cidade pode se prolongar, sobreviver às suas condições, inspirar uma ideologia e projetos urbanísticos. Dito de outro modo, o "objeto" sociológico "real", neste caso, é a imagem e, sobretudo, a ideologia! (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 61)

A partir da crítica de Henri Lefebvre, David Wachsmuth (2014) tenta desvendar a *cidade como ideologia* na contemporaneidade discutindo a possibilidade de reconciliação da explosão da cidade e da tenacidade de seu conceito. Se tomada como categoria de representação de uma prática social emergente (ao invés de categoria fixada analiticamente), então será mais nítida a identificação da cidade enquanto ideologia. Isso implica que o *mecanismo* que possibilita o obscurecimento das relações de poder e de dominação em uma realidade distorcida será mais claramente identificado.

Neste ponto é fundamental a formulação de Kanishka Goonewardena (2005) sobre o *sensorio urbano*¹¹. A partir dos níveis e dimensões de análise identificados por Lefebvre¹² e da intensificação da estetização da política na pós-modernidade, o autor discute como o espaço urbano é capaz de *mediar*¹³ ideologias e produz hegemonias. Para que seja *efetiva*, uma ideologia não pode se resumir apenas ao campo das ideias; ela também precisa ser *afetiva*, dialogando com os sentimentos e afeições, com as percepções e sensações (contrárias ao domínio único dos

¹⁰ Tradução nossa do original "*cityism*".

¹¹ Tradução nossa de Goonewardena (2005), *The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics*. O conceito é uma articulação entre a produção do espaço e a discussão sobre mediações de Henri Lefebvre e a produção de ideologia de Althusser.

¹² O nível G é o *global*, do Estado enquanto "vontade e representação" (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 77). Esse nível projeta um nível intermediário M, da *mediação*, nível "especificamente urbano" (*ibid*, p. 78), no qual está introjetada a dinâmica do nível P, *privado*, da experiência cotidiana *vivida*, que opera como "reservatório da subjetividade utópica" (GOONEWARDENA, 2005, p. 65).

¹³ Mediar, para Goonewardena (2005, p. 51), é trazer à tona (por um agente), é o resultado de um processo ativo. É o oposto de uma imediação, de uma relação sem intermediários, de um processo sem resultados. Mediar uma ideologia é, portanto, "quebrar seu feitiço", torná-la visível.

conceitos e pensamentos), ou seja, com a própria estética. Assim, existe uma relação entre a estetização da política e a mediação de ideologias através do espaço (urbano). E ainda, se é verdade que existe uma relação de mediação entre a produção do espaço e a produção de ideologia, é preciso compreender como o espaço urbano faz essa mediação.

Se uma ideologia é uma “representação da relação imaginária dos indivíduos com suas reais condições de existência” (ALTHUSSER, 1971, p. 162 *apud* GOONEWARDENA, 2005, p. 49), então precisamos nos atentar para o espaço urbano – simultaneamente determinante de nossa vida sensível e produto do nível global – como agente e arena desse desvendamento. Mas não é possível apreender este espaço urbano em sua totalidade; temos um hiato entre este e a nossa própria experiência. Diante disso, questiona Goonewardena (2005, p. 55), qual é o papel desempenhado pela estética e pela política do espaço – o *sensório urbano* – na produção e na reprodução da disjunção perene entre a consciência da vida cotidiana urbana e a estrutura global de relações sociais, ela própria responsável pela produção de espaços da nossa experiência vivida? Se a realidade (assim como a sociedade) fosse transparente, acessível à consciência humana através da experiência, então não precisaríamos de representações (tampouco de ideologias). Ou seja, o próprio sensório urbano – este ambiente sensorial (percebido) – obscurece a estrutura do espaço urbano e das relações sociais nele inscritas e projetadas. Analogamente, este hiato entre o espaço urbano e a consciência cotidiana que dele alcançamos encontra um paralelo com o hiato entre as estruturas globais do capitalismo e a experiência vivida. Existe uma relação entre esses dois hiatos associada ao sensório urbano que obscurece não apenas a estrutura do espaço urbano como o próprio funcionamento do capitalismo: tanto a experiência urbana estrutura nossa compreensão (e representação) do capitalismo, quanto nossa percepção (seletiva) do capitalismo estrutura nossa compreensão do espaço urbano.

Diante disso, é necessário avaliar a quem servem tais representações e quais estruturas e ordens sociais elas legitimam. É o que (também) se pretende em Brenner e Schmid (2014, 2015a): uma apresentação crítica das *ideologias urbanas* partindo de um exemplo caricatural em destaque no século XXI: o *discurso da era urbana*. Segundo relatório da ONU, publicado em 2007, a humanidade atingira um limiar sem precedentes: pela primeira vez na história, mais da metade da população mundial estaria vivendo nas cidades a partir de 2008 (UN-HABITAT, 2007). Essa declaração invadiu o debate político, institucional (ONU, OMS, Banco Mundial), acadêmico¹⁴ e jornalístico, cristalizando uma noção ordinária e superficial acerca da “era urbana” e do que seria a “problemática urbana” (ambas diametralmente opostas aos seus significados lefebvrianos). Brenner e Schmid (2014) apresentaram algumas das falhas do discurso da era urbana, chamando a atenção para os riscos e inconveniências de sua ampla difusão –ilustrada através de vários trabalhos¹⁵ que se valem do limiar de 50% para destacar a centralidade (bastante conveniente) das pesquisas teóricas e práticas nas *cidades*.

Brenner e Schmid (2014) apresentam algumas informações acerca da amostra utilizada pela ONU. A própria metodologia de cálculo dessa transição para a era urbana é frágil. Além da ausência de uma definição padronizada do que seja uma localidade urbana na base de dados da ONU, cada um dos institutos nacionais

¹⁴ Ver, por exemplo, as pesquisas e seminários desenvolvida no centro *Cities* da London School of Economics em torno da chamada *era urbana*. Disponível em: <<https://secities.net/>>. Acesso em: 20 jun 2015.

¹⁵ Inclusive entre estudiosos críticos bastante conhecidos como Mike Davis (2006) e Manuel Castells (2002).

de cada país determina seus próprios critérios do que é uma unidade urbana e informa apenas um percentual de suas delimitações urbanas e rurais. Cento e nove países membros (38%) utilizaram apenas critérios administrativos internos (por vezes, subnacionais), como descrito acima, para fazer a distinção urbano-rural. Em noventa e oito países (34%) o único critério utilizado foi o tamanho da população que também variava entre os países –em Uganda, 100 habitantes em uma unidade já era o suficiente para classificá-la como urbana; na Itália, eram necessárias 10 mil para a mesma classificação. Na China, a situação é ainda mais caótica: o nível de urbanização do país (seja lá o que isso queira significar) em 1999, dependendo de qual das três metodologias *oficiais* se utilizasse, poderia ser 24%, 31% ou 73%.

Para Brenner e Schmid (2014, p. 748) tais compreensões hegemônicas mediam os “discursos, representações, imaginação e prática”, tanto populares, quanto acadêmicas, com desdobramentos sobre relações econômicas e políticas. Além disso, o discurso da era urbana (bem como outras ideologias cidadistas) gera uma visão defasada da condição urbana mundial. Por isso é necessário rastrear a trajetória e a abrangência do discurso e da noção popular acerca da era urbana, bem como suas influências nas ações de atores, instituições e políticas públicas. David Satterthwaite (2010) apresenta as limitações e insuficiências dos dados disponíveis sobre níveis de urbanização e as distorções de políticas urbanas que utilizam esses dados como referência. Entre acadêmicos, políticos e jornalistas, existe uma grande quantidade de juízos normativos sobre as políticas implementadas em cidades de acordo com seu tamanho ou seu nível de urbanização. Além da falta de critérios empíricos nas pesquisas populacionais, não se questiona sua comparabilidade, ou seja, não se tem devidamente em consideração as diferenças entre as condições socioespaciais de centros urbanos distintos, por vezes em países distintos. Para este autor, um dos impactos mais graves e imediatos é a transposição (acrítica) de políticas do Norte para o Sul¹⁶ global – sobretudo nas áreas de saúde pública, pobreza e emissão de gases, dramaticamente diferentes no Sul –, mesmo diante da inconsistência de muitas das bases de dados em urbanização no Norte (como é o caso da Europa). David Wachsmuth (2014) também critica esse tipo de transposição que pressupõe uma comparabilidade e replicabilidade das cidades, sobretudo das práticas urbanas contemporâneas embasadas nas ideias de *competitividade urbana* e de *benchmarking urbano*.

A partir dessas (e de outras) (re)afirmações cidadistas, foram produzidas metanarrativas que se popularizaram no meio acadêmico. Para Brenner e Schmid (2015a), tratam-se de abordagens universalistas, totalizantes, cidade-cêntricas. Todas elas tem em comum a ideia de um certo triunfalismo das cidades, seja pela atribuição de seu privilégio absoluto como lócus da inovação e da democracia, seja pela ideologia tecnocientífica (das *smart cities* à “nova” ciência das cidades¹⁷), seja pela promessa da sustentabilidade.

Nesse contexto, Brenner (2014b) propõe uma mudança de paradigma dentro do campo dos estudos urbanos: deixar a compreensão do urbano como condição socioespacial delimitada, nodal ou relativamente fechada para, finalmente, atingir

¹⁶ Jeniffer Robinson (2002) já havia feito a crítica dessa geografia dos estudos urbanos. De um lado, as cidades do “primeiro mundo” referenciadas como modelos a serem seguidos; nelas e através delas são produzidas e exportadas as teorias e as políticas urbanas. Do outro lado estão as cidades do “terceiro mundo” como problemas a serem resolvidos; seu diagnóstico e seu prognóstico são baseados nas condições e práticas urbanas das cidades de primeiro mundo.

¹⁷ Ver, por exemplo, Michael Batty (2013) e sua abordagem de sistemas de cidades dentro da chamada ciência da complexidade para o que o autor chamou *A Nova Ciência das Cidades* (que dá o título da obra).

conceitualizações processuais mais diferenciadas (territorialmente), variadas (morfológicamente) e multiescalares. Se a tese fundamental de Lefebvre em 1970 foi anunciada, mas não incorporada ou sistematicamente aplicada aos estudos urbanos, então se faz necessária uma reformulação na direção de novas estratégias de pesquisa e análise capazes de incorporar os parâmetros e objetos apropriados, superando os pressupostos do *mainstream* das ciências sociais e das disciplinas de planejamento e arquitetura.

TESES EM URBANIZAÇÃO RUMO A UMA NOVA EPISTEMOLOGIA DO URBANO¹⁸

Brenner e Schmid (2015a, p. 163) introduzem suas *teses em urbanização* com o objetivo de “demarcar alguns parâmetros epistemológicos relativamente amplos dentro dos quais uma multiplicidade de abordagens reflexivas para a teoria urbana crítica pode ser alcançada”. As primeiras teses em urbanização foram apresentadas por Brenner (2011) e diferem tanto das teses em Brenner (2014c), quanto desta última formulação em Brenner e Schmid (2015a).

Tese 1: o urbano e a urbanização são categorias teóricas, não objetos empíricos.

Esta primeira tese é reflexo da problemática da categorização. O urbano, para os autores, não é um objeto apreendido empiricamente e certamente não corresponde à cidade. O argumento de Brenner e Schmid (2015a, p. 163) é de que o urbano e a urbanização “devem ser compreendidos como abstrações teóricas”. Para que sejam demarcados dentro da “zona do pensamento, da representação, imaginação ou ação”, é necessário o processo de abstração teórica. Assim, todas as hipóteses de qualquer pesquisa nos estudos urbanos se traduzem em “lentes interpretativas” através das quais a “pesquisa urbana se torna inteligível”. A distinção do urbano em relação ao “não-urbano” significa, para os autores, que a própria evolução do campo dos estudos urbanos seguiu (e, em parte, ainda segue) os debates acerca da “interpretação e do mapeamento do urbano”. O problema dessas abordagens estaria na pretensão de universalidade, como se fosse possível definir o urbano como um conceito aplicável independentemente das especificidades contextuais. Por isso qualquer exercício dentro dos estudos urbanos passaria direta ou indiretamente por esse esforço epistemológico, mas seria sempre *provincial*¹⁹, uma vez que essas tentativas são sempre mediadas por experiências e condições histórico-geográficas específicas.

Por outro lado, Brenner e Schmid (2015a) criticam a sobreênfase nas especificidades contextuais uma vez que, dialeticamente, a noção de especificidade só existe contra a ideia de generalidade. Em um capitalismo formado por autoridade, acumulação de capital, reestruturação regulatória nacional, exploração, destruição socioambiental e despossessão, essas especificidades contextuais emergem dentro de um contexto mais amplo de desenvolvimento desigual – a saber, o *contexto do contexto*²⁰, cada vez mais planetário, no e através do qual se desenvolve a urbanização capitalista neoliberal.

¹⁸ Aqui faço referência aos títulos dos artigos de Brenner (2014c), *Theses on Urbanization*, e Brenner e Schmid (2015a): *Towards a new epistemology of the urban?*

¹⁹ Ver Chakrabarty (2000) para a ideia de provincializar a Europa e descentralizar a experiência europeia do imaginário e das formas quotidianas de pensamento. Para ver a crítica dos estudos pós-coloniais no debate contemporâneo, ver Roy (2009, 2015) e Robinson (2002).

²⁰ Ver Brenner, Peck e Theodore (2010).

Tese 2: o urbano é um processo, não uma forma universal, tipo de assentamento ou unidade delimitada.

Brenner e Schmid (2015a, p. 165) argumentam que não se pode compreender o urbano como *forma* uma vez que não há uma morfologia única de um processo. Para estes autores, existem “processos de transformação urbana que se cristalizam” de formas diversas e em múltiplas escalas com efeitos amplos e imprevisíveis sobre “arranjos socioespaciais preexistentes”. O urbano também não pode ser compreendido como um *tipo* de assentamento. As tipologias tradicionais teriam sobrevivido por mais tempo do que sua adequação à realidade as permite. Além do urbano-rural convencional, também seria preciso ter cuidado com as novas terminologias, seu baixo dinamismo e suas respectivas capacidades de explicação da realidade. Os autores propõem que as configurações urbanas sejam compreendidas como “campos de força de reestruturação socioespacial”, capazes de envolver tanto as configurações pré-existentes, quanto as rodadas de reestruturação (passadas e futuras) através das quais o espaço é produzido. Por fim, se nem mesmo os limites da cidade podem ser claramente desenhados²¹, o urbano não pode ser compreendido como uma *unidade delimitada*. A ideia de que o urbano pode ser coerentemente delimitado na formação de uma unidade apenas corrobora o *citadismo* metodológico e reafirma sua definição contra um “exterior não-urbano” (BRENNER, 2014b).

Tese 3: a urbanização envolve três momentos mutuamente constitutivos – urbanização concentrada, urbanização extensiva e urbanização diferencial.

Brenner e Schmid (2015, p. 166) propõem uma conceitualização multifacetada constituída por três momentos distintos. O primeiro deles é a *urbanização concentrada*, descrita como um momento “familiar” advindo de “abordagens herdadas da geografia econômica urbana que visam iluminar o processo de aglomeração” – relacionadas às teorias locacionais, aos componentes que se concentram no espaço nas diversas fases do desenvolvimento capitalista e aos elementos Lefebvre (1999 [1970]) associou ao processo de *implosão*. Por outro lado, seria preciso negar a hipótese convencional dos estudos urbanos de que as aglomerações são um terreno privilegiado de estudo, ir além das aglomerações e estudar as áreas transformadas pela urbanização *em suporte* às aglomerações.

Nesse sentido, Brenner e Schmid (2015, p. 167) definem um segundo momento. *Urbanização extensiva* é antes de mais nada a ativação e a “operacionalização de lugares” distantes dos grandes centros urbanos para dar suporte às “atividades quotidianas e dinâmicas socioeconômicas da vida urbana”. A produção dessas *paisagens operacionais de urbanização extensiva* resulta “dos imperativos sociometabólicos mais básicos associados ao crescimento urbano”, a saber, a produção e circulação de água, alimentos, energia e materiais de construção – bem como as externalidades negativas advindas dessas atividades, geralmente vinculadas à problemática ambiental – e a mobilização de mão-de-obra para essas atividades. Neste processo, se reorganiza a base material dessas áreas não-metropolitanas, levando a um espessamento do tecido urbano sobre todo o planeta. Por fim, a urbanização extensiva envolve o cercamento de terras para apropriação do privado – por vezes a partir da despossessão de seus *usuários* anteriores.

Alvaro Sevilla-Buitrago (2014, p. 236-7) discute a *urbanização extensiva primitiva*²² utilizando os cercamentos ingleses como “ilustração paradigmática” do

²¹ Ver Gandy (2014).

²² Termo cunhado a partir do conceito marxista de *acumulação primitiva*.

deslocamento do processo de formação socioespacial em escala planetária e como “lente” de interpretação da urbanização extensiva enquanto “característica particular da urbanização capitalista”. Esse processo teria criado uma nova racionalidade espacial, redimensionando o tecido social das áreas rurais, aumentando o vínculo submissivo campo-cidade e reprimindo a autonomia do modo de vida campesino. A vida quotidiana, antes orientada pelo valor de uso e pelas trocas em sentido amplo é suplantada pelos modos de (re)organização totalizante do capitalismo através da alienação das relações de propriedade e de uma nova e mais aprofundada divisão (espacial) do trabalho. As formas de reprodução, por sua vez, se tornaram subalternas ao Estado que passa a mediar (e legalizar) a execução violenta e opressiva do que teria sido o primeiro processo de urbanização extensiva. Nesse “estágio inaugural em um novo regime emergente da urbanização capitalista” se desenvolve uma dinâmica persistente e contínua na qual as regiões “não-urbanas” vão sendo “implacavelmente incorporadas e reentrelaçadas nesses paisagens operacionais” (SEVILLA-BUITRAGO, 2014, p. 240).

Sevilla-Buitrago (2014, p. 253-4) argumenta que os cercamentos e a despossessão também foram globalizados²³ “como elementos básicos do modo capitalista de territorialização”, operando como um sustentáculo espacial através do qual diferentes territórios e realidades socioespaciais puderam ser transformados e operacionalizados de acordo com uma racionalidade transescalar: cidade, campo, Estado e capital. Para tal, o autor apresenta os momentos constitutivos dos cercamentos, destacando sua perenidade: i) a transformação dos regimes de propriedade e direito da terra, com a privatização operando como abstração e homogeneização; ii) a redistribuição de recursos de acordo com esses novos regimes de propriedade; iii) a reestruturação das divisões espaciais do trabalho e dos modos de reprodução social; iv) a reconfiguração do Estado como mediador e como agente da produção do espaço econômico nacional e internacional conduzindo a despossessão, legalizando a operação, legitimando a violência e desenhando os territórios resultantes; v) a extensão do tecido urbano.

Essa *destruição criativa* das configurações socioespaciais pré-existentis caracteriza o que Brenner e Schmid (2015, p. 168) chamaram de *urbanização diferencial*²⁴, um “momento diferencial da urbanização baseado no percurso perpétuo de reestruturar a organização socioespacial sob o capitalismo contemporâneo”.

Consistente com a conceitualização processual do urbano apresentada na Tese 2, o momento diferencial da urbanização coloca em alívio o intenso, perpétuo dinamismo das formas capitalistas de urbanização, nas quais as configurações socioespaciais são estabelecidas tendencialmente, *apenas para serem tornadas obsoletas* e, eventualmente, suplantadas através do movimento implacável do processo de acumulação e do desenvolvimento industrial (Harvey, 1985; Storper e Walker, 1989). Tão crucial quanto, como sugerimos abaixo (Tese 7), a urbanização diferencial é também o resultado de várias formas de luta urbana e expressa os potenciais poderosos para transformações sociais e políticas radicais que são desencadeadas, mas muitas vezes suprimidas, através do desenvolvimento industrial capitalista (BRENNER e SCHMID, 2015, p. 168, grifo do autor).

²³ Ver também a discussão de Soja e Kanai (2014) da globalização de outras práticas e rotinas capitalistas, com destaque para a homogeneização cultural amplificada a partir das grandes metrópoles mundiais.

²⁴ Segundo os autores, o conceito de urbanização diferencial tem como referência a ideia de *espaço diferencial* de Henri Lefebvre (1974). Por outro lado, justificam a não utilização da *implosão-explosão* lefebvriana como equivalente aos conceitos propostos de urbanização concentrada e extensiva pela existência dessa urbanização diferencial.

Tese 4: o tecido da urbanização é multidimensional.

Esta tese propõe uma compreensão multidimensional do processo de urbanização frente à abordagem monodimensional cidade-cêntrica, o que, para Brenner e Schmid (2015, p. 169) significa o abandono de definições “sociológicas, demográficas, econômicas e culturais”. Em outras palavras, seria necessário desconstruir a ideia de que o processo de urbanização tem *origem* nas unidades tradicionais e *resulta* em assentamentos idênticos ou hipoteticamente similares, tanto em termos de infraestrutura, quanto de formas culturais.

A partir dos três *momentos* constituintes do processo de urbanização e das três *dimensões* identificadas pelos autores a partir de Lefebvre (1974) – práticas espaciais, regulações territoriais e vida quotidiana –, os autores apresentam sua interpretação sobre o processo de produção do tecido urbano contemporaneamente.

		DIMENSÕES		
		PRÁTICAS ESPACIAIS	REGULAÇÕES TERRITORIAIS	VIDA QUOTIDIANA
MOMENTOS	URBANIZAÇÃO CONCENTRADA	A produção de ambientes construídos e de configurações socioespaciais para aproveitar o poder da aglomeração.	Regimes de regras e sistemas de planejamento governando as condições socioeconômicas e ambientais associadas ao poder da aglomeração.	A produção de rotinas e hábitos sociais, práticas quotidianas e formas de vida associadas ao poder da aglomeração.
	URBANIZAÇÃO EXTENSIVA	“Ativação” dos lugares em relação às aglomerações; Espessamento do tecido urbano conectando as aglomerações aos diversos sítios de transformação socioeconômica e sociometabólica dos quais elas dependem.	Sistemas de governança orientados para os processos sociometabólicos e socioeconômicos que apoiam grandes centros urbanos e facilitam o espessamento e o alongamento do tecido urbano através do território.	A rotina e os hábitos sociais, as práticas quotidianas e as formas de vida que emergem enquanto: i) lugares e territórios diversos são operacionalizados em relação às aglomerações; ii) um tecido urbano mais amplo é engrossado e alongado através dos territórios e escalas.
	URBANIZAÇÃO DIFERENCIAL	Pressões recorrentes para destruir criativamente geografias herdadas da aglomeração e paisagens operacionais associadas.	Mobilização das instituições do estado e de outros instrumentos regulatórios para promover, gerenciar, acelerar ou, de outro modo, influenciar as reorganizações de	A reorganização de rotinas e hábitos sociais, práticas quotidianas e formas de vida em conjunção com a destruição criativa de ambientes construídos e com o tecido urbano em

			aglomerações urbanas em andamento e o tecido mais amplo da urbanização extensiva.	qualquer escala espacial.
--	--	--	---	---------------------------

FIGURA 1 – Momentos e dimensões da urbanização

Fonte: Brenner e Schmid (2015a, p. 171).

Tese 5: a urbanização se tornou planetária.

Esta tese busca resgatar a hipótese lefebvriana de urbanização completa da sociedade e colocá-la não mais como virtualidade, mas como realidade. Para os autores, o processo de urbanização planetária teve início a partir de 1980 com a desconstrução dos regimes nacional-desenvolvimentistas fordista-keynesianos, seguindo a consolidação do processo global de neoliberalização. Os novos incentivos à expansão da infraestrutura urbana-industrial criou novos padrões e trajetórias de reestruturação socioespacial que se cristalizaram rapidamente por todo o planeta. Constatar este caráter planetário da urbanização permitiria, segundo Brenner e Schmid (2015a, p. 173), a construção de um aparato teórico capaz de compreender a produção das paisagens operacionais “mediadas pelo Império, pelo colonialismo, pelo neocolonialismo e pelas várias formas de cercamento e acumulação por despossessão”²⁵.

Tese 6: a urbanização se desdobra através de trajetórias e padrões variegados de desenvolvimento espacial desigual.

Possivelmente, esta é a mais simples e menos controversa das teses em urbanização. Se a urbanização capitalista é de fato capaz de gerar inovações constantes na produção de formas e processos socioespaciais, então a abordagem teórica acerca do desenvolvimento espacial desigual requer novas diferenciações diante da complexidade. As conceitualizações rígidas acerca das *formas* da urbanização em si constituiriam, para os autores, uma “armadilha intelectual”.

Tese 7: o urbano é um projeto coletivo no qual os potenciais gerados através da urbanização são apropriados e contestados.

Esta última tese – muito brevemente apresentada pelos autores – pretende destacar o caráter político das considerações epistemológicas propostas, sobretudo através do que se chamou de urbanização diferencial, ainda que este conceito não tenha sido suficientemente desenvolvido. Brenner e Schmid (2015, p. 177) afirmam que a “definição do urbano (...) não é exclusivamente uma questão teórica” – apesar do argumento desenvolvido na primeira tese. Se o urbano é co-produzido pela apropriação e pelo uso dos indivíduos na criação de outras experiências e usos coletivos, então ele não poderia ser completamente “subsumido sob as lógicas abstratas da industrialização capitalista”. Esse caráter prático da definição do urbano seria, então, articulado através de “debates, controvérsias, lutas, rebeliões e revoltas” e realizado nos “prazeres, rotinas e dramas da vida quotidiana”.

²⁵ O caso da crise agrária urbana na Índia é um dos exemplos da produção de paisagens operacionais, do agravamento da neoliberalização e das consequências sociais catastróficas – neste caso, a maior onda de suicídios da história. Ver Goonewardena (2014), Sainath (2009, 2015) e Kennedy e King (2013).

Nesse contexto, o citadismo também impacta a visão de outras possibilidades e horizontes, argumentam Brenner e Schmid (2015, p. 178), uma vez que, sob urbanização planetária, as práticas e discursos urbanos tem uma amplitude muito maior, por vezes distantes das grandes cidades, onde “novas formas de insurgência coletiva estão emergindo em resposta aos padrões de reestruturação industrial, cercamento territorial e reorganização de paisagens”. Dessa forma, será preciso compreender e demandar uma nova “forma de urbanização” oposta àquela imposta “pelas forças do capitalismo neoliberal”. Para os autores, os conceitos e perspectivas acerca do urbano e da urbanização planetária oferecem uma “orientação epistemológica” para decifrar movimentos sociais e as revoltas urbanas – apesar das raríssimas menções dos autores sobre essa referida prática urbana ou mesmo sobre lutas urbanas e movimentos sociais.

CRÍTICA DA URBANIZAÇÃO PLANETÁRIA: REVISTANDO FORMULAÇÕES CLÁSSICAS

A ideia de um processo planetário de urbanização – ainda que anunciado há mais de 45 anos – recebeu uma série de críticas²⁶ que, em parte, se devem a uma falta de familiaridade com algumas das formulações clássicas²⁷ sobre o tema, desenvolvidas a partir da obra de Henri Lefebvre. Nesta última seção, apresentaremos algumas reflexões críticas com base na teorização acerca do processo de *urbanização extensiva*, desenvolvida por Roberto Monte-Mór (1988, 1989, 1994, 2004, 2007, 2015). O autor escreveu amplamente sobre este processo a partir de uma interpretação lefebvriana sobre a geohistória²⁸ do Brasil e sua interação particular com a Fronteira Amazônica.

Monte-Mór (1994) destacou o problema da dualidade urbano-rural diante das novas formas de ocupação do espaço e novas lógicas de povoamento híbridas que emergiam no espaço brasileiro. Essa reestruturação do espaço nacional poderia ser melhor compreendida através da

urbanização extensiva - esta urbanização que se estende para além das cidades em redes que penetram virtualmente todos os espaços regionais integrando-os em malhas mundiais – [que] representa, assim, a forma sócioespacial dominante que marca a sociedade capitalista de Estado contemporânea em suas diversas manifestações, desde o centro dinâmico do sistema capitalista até - e cada vez mais - às diversas periferias que se articulam dialeticamente em direção aos centros e subcentros e subsubcentros... (MONTE-MÓR, 1994, p. 171)

As categorias que compõem o eixo temporal lefebvriano ganham vida e materialidade no Brasil no trabalho de Monte-Mór (2004): do controle ideológico e militar na *cidade política* comandada pelas oligarquias ruraisbrasileiras aos efeitos *dacidade industrial* que nasce no governo Vargas e se aprofunda no governo juscelinista do pós-guerra com a sequência dos planos de desenvolvimento. A partir

²⁶ Foge ao escopo de um trabalho dessa natureza apresentar todas as críticas e discussões subsequentes. Ver, principalmente, a crítica avassaladora e instantânea de Richard Walker (2015), a tréplica de Brenner e Schmid (2015b) e o manifesto de Sheppard, Leitner e Maringantib (2013).

²⁷ Aqui faço referência a Neil Brenner (2014a, p. 6) no prefácio de seu livro que cristaliza a agenda de pesquisa em urbanização planetária. “Essa coleção inclui vários textos clássicos de pensadores pioneiros como Henri Lefebvre, David Harvey, Edward Soja, Terry McGee, Roberto Luis Monte-Mór e Marcel Meili”.

²⁸ Para escapar ao vício historicista e, simultaneamente, assegurar a inseparabilidade do social, do histórico e do espacial, Soja (2000) utiliza o termo *geohistória*. Trata-se de afirmar o poder interpretativo da geografia junto à história que, sobretudo a partir do século XIX, dominou o imaginário intelectual.

da segunda metade do século XX, se acentua o processo de produção do espaço com o investimento estatal em rodovias e a própria criação de Brasília numa tentativa de integração socioeconômica do território. Sob o regime tecnocrata do militares, o projeto de modernização é ainda mais acelerado: “enriquecer” regiões “pobres” e “ocupar” áreas “desocupadas”. O estímulo ao crescimento em um espaço nacional desarticulado agrava a concentração nas regiões metropolitanas e desencadeia o processo de implosão-explosão.

O fenômeno de “implosão-explosão” da cidade industrial descrito por Lefebvre (1968) encontra seu paralelo no Brasil, nesse crescimento metropolitano pós-guerra. Por um lado, o valor das terras e a concentração histórica de atividades e investimentos em áreas centrais levou à “implosão” dos núcleos urbanos, onde a renda diferencial da terra produziu preços de imóveis extremamente altos e densidades urbanas; por outro, a integração espacial e a extensão do tecido urbano para além dos limites da cidade para perímetros urbanos constantemente redefinidos ao longo de estradas e avenidas externas marcou a “explosão” da cidade industrial para abrigar o tecido urbano-industrial, um tecido socioespacial privado de sua tríade de atributos básicos: excedente econômico coletivo, poder sociopolítico e a “festa” cultural (MONTE-MÓR, 2004, p. 290)

A extensão do *tecido urbano-industrial*²⁹ foi tomando a circunvizinhança das principais cidades brasileiras e as cidades pequenas em suas imediações. Pouco a pouco, tomou a própria Fronteira Amazônica, as demais “áreas periféricas de economia de subsistência” e “enclaves agrícolas e/ou extrativistas pré-capitalistas”, que foram sendo transformados “de acordo com as necessidades que emanam dos centros urbano-industriais” (MONTE-MÓR, 2004, p. 291). A superação da velha contradição cidade-campo resultante do processo de urbanização extensiva dá lugar, na Fronteira Amazônica, à articulação tecido urbano-floresta, na qual as relações de produção (e reprodução) vão sendo reconstruídas nas bases da vida cotidiana. Mesmo as (re)categorizações discutidas contemporaneamente já tomavam forma no Brasil há mais de 40 anos³⁰.

Os efeitos dessas transformações via urbanização extensiva são, também, contraditórios. Por um lado, se coloca a lógica hegemônica do urbano-industrial metropolitano (de São Paulo a Nova Iorque) até mesmo sobre regiões agrárias afastadas das grandes aglomerações (e sobre a vida cotidiana daqueles que as habitam). Por outro lado – e esta é, talvez, a mais fundamental das contribuições monte-morianas – se colocam algumas alternativas e possibilidades que caminham na direção de um *espaço diferencial*. Assim, a extensão das relações capitalistas urbano-industriais implica a produção de combinações espaço-tempo-sociedade diversas. Estas são manifestações de formas e processos hegemônicos mas, de maneira mais intensa, de (re)criação de práticas tradicionais advindas de necessidades imediatas derivadas dessas heterogeneidades multitemporais: encontros particulares no espaço (tecido urbano-selva), no tempo (processos globais hegemônicos-culturas pré-colombianas) e os diferentes *tempos espaciais*³¹ (MONTE-MÓR, 2004).

²⁹ Essa nova categoria, acrescida do “industrial” não foi utilizada por Lefebvre, que fazia referência apenas a um tecido urbano. Monte-Mór (1994) utilizou o “urbano-industrial” mostrando que o “urbano” nascente no contexto brasileiro era função do “industrial”.

³⁰ O IBGE iniciou um esforço nos anos 1970 para reconfigurar suas classificações para que elas fossem capazes de melhor se alinhar à realidade socioespacial (em rápida transformação) do país (MONTE-MÓR, 2004, p. 11).

³¹ Ver Milton Santos (1978).

Nesse hibridismo de formas e processos espaço-temporais está implícito um processo de *(re)politização do território*: enquanto o espaço social é “equipado com as condições urbano-industriais” (MONTE-MÓR, 2006a, p. 76), ele é acrescido “das questões sócio-políticas e culturais intrínsecas à *polis* e à *civitas*” (MONTE-MÓR, 2006b, p. 10). O que se sucede é uma espécie de “*cidadania extensiva* através do espaço social (urbano) como um todo”, que empodera “múltiplos setores da sociedade civil e promove a emergência de novos atores sociais, portanto produzindo novos projetos pós-modernos de emancipação” (MONTE-MÓR, 2004, p. 341). Esse processo se intensifica e ilumina novos horizontes enquanto as misturas e trocas da cultura local com a cultura regional e nacional encontram uma base material urbano-industrial. Assim, se antes os *desclassificados sociais* estavam condenados a viver sob a égide do capitalismo industrial, grupos como índios, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores sem-terra e camponeses pobres encontraram novas possibilidades de resistência quando de sua conexão com a *práxis* urbana via urbanização extensiva (MONTE-MÓR, 2004).

A produção da vida cotidiana e do espaço social na Amazônia, então, é marcada pelas articulações entre a estrutura *hegemônica* do capitalismo e as novas formas de (r)existência política e transformações socioespaciais, entre os encontros surpreendentes de *ordens próximas* e *ordens distantes*. Para Monte-Mór (2004, p. 304), a *revolução urbana* de Lefebvre tomou forma no Brasil nos anos 1980 com a retomada das práticas políticas urbanas em prol dos direitos políticos e democráticos: “a *práxis* urbana havia envolvido, virtualmente, o espaço social como um todo no Brasil” (*ibid*, p. 304).

Ao final dos anos 1980 e início dos anos 1990, índios, seringueiros, garimpeiros, trabalhadores rurais e extrativistas, camponeses sem terra, os afetados por barragens, ambientalistas, mulheres, negros, homossexuais, entre muitos outros grupos sociais se organizaram por todo o país, não apenas em cidades e vilas. Na verdade, os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) haviam perdido seu adjetivo de “urbano” e se tornaram apenas Movimentos Sociais (MS), uma vez que eles estavam por toda parte no espaço social. A urbanização extensiva havia trazido, junto com o tecido urbano, o germe da *polis*, da *civitas*. Política e cidadania eram agora um problema nacional, da classe média metropolitana às classes às tribos indígenas da Amazônia (MONTE-MÓR, 2004, p. 304-5).

Em cada um desses interstícios repletos de hibridismos e multiplicidades espacial-temporal-societal no espaço incompletamente organizado³² brasileiro se encontra o *urbano* de Henri Lefebvre, o qual Monte-Mór (2015) chamou de *urbano-utopia*, que nos remete à utopia lefebvriana concreta e experimental. Longe de permanecer no campo da abstração, essa utopia concreta encontra materialidade nos dias de hoje, na participação, na politização do espaço de vida, na construção de uma cidadania e de uma democracia radicais. “Não há como negar o crescimento das populações antes excluídas e hoje transformadas em atores com vozes por vezes expressivas no cenário contemporâneo” (MONTE-MÓR, 2015, p. 61).

Assim, admitir o urbano-extensivo e o urbano-totalidade significa aceitar a realização eminente da *sociedade urbana*, importante do ponto de vista teórico (rumo a uma visão mais holística dos processos e relações socioespaciais) e prático (leia-se, *revolução urbana*). Ademais, se estamos tratando da urbanização completa da sociedade nos termos de Henri Lefebvre, a *problemática urbana* é o contexto do

³² O conceito de *espaço incompletamente organizado* é de Milton Santos (1978).

contexto; o *urbano* se apresenta como totalidade, como lente interpretativa da realidade, também como *nível* da totalidade social, como *mediação das mediações*, diretamente relacionado às especificidades contextuais. Além disso, parece claro que o tão procurado objeto dos estudos urbanos é a própria *problemática urbana*. Em sua crítica da urbanização planetária, Walker (2015, p. 189) chega a sugerir que uma revisão epistemológica desse porte seria perda de tempo, que contemporaneamente nas teorias sociais se gasta muito tempo com a “cabeça nas nuvens” e pouco tempo “com os pés no chão”. Argumentamos na direção oposta: existe (finalmente) um proceso de tra(ns)dução em andamento! Poderíamos ter inúmeras metáforas ou “novas” maneiras de conduzir esse processo, mas aqui estamos, utilizando o *urbanode* um filósofo francês que escreveu nos anos 1960 e 70, evitando a obsessão com o “novo”, com “novas” (re)formulações teóricas e epistemológicas.

Neste ponto é importante avaliar como alguns desses teóricos contemporâneos se apropriam da obra de Henri Lefebvre. Começamos pelo que salta aos olhos. Lefebvre (1968 [1966], p. 21-2) aborda a ideia de *práxis* em Marx, “prática da sociedade baseada na indústria que permite tomar consciência da prática humana em geral”. A *práxis* se opõe à pura contemplação, “à filosofia e à atitude especulativa do filósofo”. Negligenciar a “atividade prático-sensível” significa ignorar “a atividade prático-crítica, isto é, revolucionária”.

As várias formas de conhecimento encontram seu alcance e seu sentido na conexão com a atividade prática. O problema especulativo do conhecimento deve ser rejeitado como um falso problema. A coerência abstrata, a demonstração teórica desligada da atividade social e da verificação prática, não tem nenhum valor. A essência do ser humano é social e a essência da sociedade é praxis: ato, ação, interação. Separando-se a praxis, a teoria se perde em problemas mal postos e insolúveis, em mistérios e misticismo (LEFEBVRE, 1968 [1966], p. 23).

Neste caso, a noção que nos interessa é a de uma *práxis* revolucionária, aberta ao possível, capaz de reestabelecer equivalências entre as representações e a realidade.

A *práxis* no seu mais alto grau (criador, revolucionário) inclui a teoria que ela vivifica e verifica. Ela compreende a decisão teórica como a decisão de ação. Supõe tática e estratégia. Não existe atividade sem projeto; ato sem programa, *práxis* política sem exploração do possível e do futuro (LEFEBVRE, 1968 [1966], p. 38-9).

Buscamos, sem sucesso, essa perspectiva lefebvriana da *práxis* radical nessas formulações contemporâneas. Encontramos uma conceitualização de urbanização diferencial que tenta nos remeter a um espaço diferencial, mas não encontra sustentação teórica, tampouco prática. Nessa primeira etapa de um projeto que busca uma nova epistemologia do urbano, o urbano(utopia)lefebvriano parece ter sido subsumido pela operacionalização das paisagens, pelo processo de neoliberalização, pela colonização e pela implosão-explosão capitalismo. Clarifiquemos, desde já: a crítica das formulações contemporâneas da urbanização planetária é uma crítica *u-tópica*, “aquela que tenta abrir a via do possível, explorar e balizar um terreno que não seja simplesmente aquele do ‘real’, do realizado, ocupado pelas forças econômicas, sociais e políticas existentes” (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 20). Não se trata de colocá-las em descrédito. Também não se trata apenas de demandar uma positividade teórica, de desejar um final feliz para o filme de

terror. Trata-se de compreender: Henri Lefebvre é raiz, mas é também nuvem no céu – concreta, real e possível. É factível e necessária uma teoria urbana que tenha em seu cerne *a urbanização como sentido da industrialização*. Aonde mais buscaremos alternativas emancipatórias senão nas raízes locais e suas interações com *a ordem distante*? Os *territórios extremos de urbanização extensiva*, além de colocar à prova o caráter planetário da urbanização não podem ser *oportunidades extremas de emancipação*?

Tomemos, por exemplo, o trabalho de Monte-Mór (2004, p. 302): o autor reconstrói a geohistória da ocupação da Fronteira Amazônica em torno da *problemática urbana* que emerge, se além às especificidades contextuais, fornece uma descrição extremamente detalhada do tecido urbano com base nessas especificidades locais e na *vida quotidiana* no Nortão do Mato Grosso, no Sul do Pará, no Tocantins e em Rondônia. Ou seja, o autor foi capaz de associar processos locais-regionais, mostrar o caráter de *mediação* do espaço urbano, associando processos mais amplos (relativos às estratégias do Estado brasileiro e aos processos do capitalismo fordista) ao nível da vida quotidiana, sem o propósito de uma teoria universalista, apenas tomando a Amazônia como uma “janela paradigmática” através da qual podemos ver o desenvolvimento urbano-regional que se dá no “território incompletamente organizado *do Brasil*”.

Com isso, argumentamos que Neil Brenner está correto em reafirmar a crítica da unidade enquanto objeto de pesquisa, mas é preciso compreender que a reconstrução da geohistória do processo de urbanização (concentrada e extensiva) passa, sem dúvida, pelas especificidades contextuais e pelas unidades-centralidades de maior expressão em cada região. Além disso, faz-se necessária uma mudança no tom dessa reafirmação: que se apresente a crítica ao citadismo – essa obsessão teórico-metodológica com as cidades –, mas que não se abandone a centralidade. Essa defesa não deve apenas mencionar o papel das economias de aglomeração, como fizeram Brenner e Schmid (2015a). Ela deve enfatizar o papel fundamental da centralidade, sem a qual não existe realidade urbana, tampouco teoria urbana.

Tomemos a questão do centro e da centralidade. Não existe cidade, nem realidade urbana, sem um centro. Mais que isso: o espaço urbano se define, já dissemos, pelo vetor nulo; é um espaço onde cada ponto, virtualmente, pode atrair para si tudo o que povoa as imediações: coisas, obras, pessoas. Em cada ponto, o vetor tempo-espaço, distância entre conteúdo e continente, pode tornar-se nulo. O que é impossível (u-tópico), mas caracteriza o movimento dialético (a contradição imanente) do espaço-tempo urbano. Por conseguinte, não se pode teoricamente deixar de defender a concentração urbana, com seus riscos de saturação, de desordem, e suas oportunidades de encontros, de informações, de convergências. Atacá-la, destruí-la, é próprio de um empirismo que, de antemão, destrói o pensamento. (LEFEBVRE, 1999 [1970], p. 93)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou apresentar a agenda de pesquisa contemporânea em urbanização planetária que retoma a hipótese de urbanização completa da sociedade anunciada por Lefebvre. Foge ao escopo de um trabalho dessa natureza uma abordagem completa que articule outros temas centrais no debate contemporâneo, tais como: a discussão das origens da cidade e do urbano, as concepções de outras epistemologias (e ontologias) do urbano e da urbanização, a

exposição completa das críticas e discussões subsequentes às proposições de Neil Brenner e Christian Schmid, a crítica dos estudos pós-coloniais e as perspectivas de autores do Sul global acerca das possibilidades emancipatórias associadas à explosão da cidade e à urbanização completa da sociedade. É preciso ressaltar que essa agenda de pesquisa contemporânea ainda não dialoga de forma substantiva com os trabalhos clássicos acerca do tema em vários aspectos destacados, mas sobretudo pela falta de diálogo com o possível, com o urbano-utopia, com o espaço diferencial.

A partir da retomada da urbanização planetária em contraponto às formulações clássicas, queremos dizer que a revolução urbana se sobrepõe à realidade urbano-industrial; que a questão da reprodução se sobrepõe à da produção e que a dimensão ambiental prevalece sobre a lógica produtivista da indústria; que os sonhos diurnos, a simultaneidade e o encontro são fundamentais justamente diante dos mecanismos de alienação, de ordenamento da vida cotidiana e produção de ideologias e racionalidades hegemônicas. Queremos dizer que, além da colonização e da dominação das aglomerações urbanas sobre as paisagens operacionais, existem novas formas de integração econômicas e sociais o recurso da heterogeneidade e do hibridismo sociocultural. Queremos dizer que o processo de *explosão* implica extensão do tecido urbano e modernização estrutural, mas também significa *cidadania extensiva*, politização urbano-utópica. E ainda, que a *implosão* não se traduz apenas em adensamento, tamanho, competição e fortalecimento da lógica industrial; ela quer dizer *praxis* da centralidade urbana, quer dizer disputa pelo *poder*, pelo *excedente* e fortalecimento da *festa* também como forma de (re)ativação dos símbolos e sonhos coletivos contra a ameaça dessa lógica industrial.

REFERÊNCIAS

ANGELO, Hillary; WACHSMUTH, David. Urbanizing Urban Political Ecology: a Critique of Methodological Cityism. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 372-385.

ARBOLEDA, Martín. Spaces Of Extraction, Metropolitan Explosions: Planetary Urbanization and the Commodity Boom In Latin America. *International Journal of Urban and Regional Research*, 2015. no prelo.

BATTY, Michael. *The New Science of Cities*. Cambridge: MIT Press, 2013.

BRENNER, Neil. What is critical urban theory? *City*, v. 13, n. 2-3, p.198-207, jun. 2009.

_____. *The Urbanization Question or the field formerly known as urban studies*. 2011. Aula inaugural ministrada na Harvard Graduate School of Design. Disponível em: <<http://www.urbantheorylab.net/videos/the-urbanization-question-or-the-field-formerly-known-as-urban-studies/>>. Acesso em: 05 ago. 2015.

_____. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014a.

_____. Urban theory without an outside. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014b. p. 14-30.

_____. Theses on Urbanization. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014c. p. 181-202.

BRENNER, Neil; PECK, Jamie; THEODORE, Nick. Variegated Neoliberalization: Geographies, Modalities, Pathways. *Global Networks*, v. 10, n. 2, p. 182-222, 2010.

BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Planetary Urbanization. In: GANDY, Matthew. (Ed.) *Urban Constellations*. Berlim: Jovis, 2011. p. 10-13.

_____. The 'urban age' in question. *International Journal of Urban and Regional Research*, [s.l.], v. 38, n. 3, p. 731-755, 4 dez. 2014.

_____. Towards a new epistemology of the urban? *City*, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, abr. 2015a.

_____. *Combat, Caricature & Critique in the Study of Planetary Urbanization*. 2015b. Urban Theory Lab, Graduate School of Design, Harvard University. Disponível em: <<http://www.urbantheorylab.net/publications/>>. Acesso em: 10 mai. 2015b.

CASTELLS, Manuel (1972). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COSTA, Geraldo Magela. Construções teóricas da problemática urbana brasileira: rupturas, permanências, transcendências e convergências. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 19-40.

DAVIS, Mike. *Planet of Slums*. Londres: Verso, 2006.

FRIEDMANN, John. Becoming Urban: On Whose Terms? In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 551-560.

GANDY, Matthew. Where does the city end? In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 86-89.

GOONEWARDENA, Kanishka. The Urban Sensorium: Space, Ideology and the Aestheticization of Politics. *Antipode*, v. 37, n. 1, p. 46-71, jan. 2005.

_____. The Country and The City in the Urban Revolution In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 218-231.

HARVEY, David (1996). Cities or urbanization In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosions/Explosions: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 52-66.

KENNEDY, Jonathan; KING, Lawrence. The political economy of farmers' suicides in India: indebted cash-crop farmers with marginal landholdings explain state-level variation in suicide rates. *Globalization And Health*, v. 10, n. 1, p.10-16, 2014.

LEFEBVRE, Henri (1966). *A Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro: Forense, 1968.

_____. (1970). *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____. *La production de l'espace*. Paris: Anthropos, 1974.

MCGEE, Terry. The Emergence of Desakota Regions in Asia: Expanding a Hypothesis. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 121-139.

MIELI, Marcel. Is the Matterhorn City? In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 103-108.

MONTE-MÓR, Roberto. Urbanization, Colonization and the Production of Regional Space in the Brazilian Amazon. In: ENCONTRO DA SIAP – SOCIEDAD INTERAMERICANA DE PLANIFICACIÓN, 16, 1988, San José. *Anais...* San José: SIAP, 1988.

_____. Extended Urbanization in the industrializing periphery: notes on Brazil. In: ENCONTRO DA AAG - ASSOCIATION OF AMERICAN GEOGRAPHERS. 1989, Baltimore. *Anais...* Baltimore: AAG, 1989.

_____. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.) *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

_____. *Modernities in the Jungle: Extended Urbanization in the Brazilian Amazonia*. 2004. 360 f. Tese (Doutorado) - Curso de Planejamento Urbano, University Of California, Los Angeles, 2004.

_____. As teorias urbanas e o planejamento urbano no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina; CROCCO, Marco (Org.), *Economia Regional e Urbana: contribuições teóricas recentes*. Belo Horizonte: UFMG, 2006a. p. 61-85.

_____. *O que é o urbano no mundo contemporâneo*. Texto para Discussão, n. 281. Belo Horizonte: Cedeplar, 2006b.

_____. Cidade e campo, urbano e rural: o substantivo e o adjetivo. In: FELDMAN, Sarah; FERNANDES, Ana. (Org.) *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador: EDUFBA, 2007. p. 93-114.

_____. Urbanização, Sustentabilidade, Desenvolvimento: complexidades e diversidades contemporâneas na produção urbano. In: COSTA, Geraldo Magela; COSTA, Heloísa Soares de Moura Costa; MONTE-MÓR, Roberto. (Org.) *Teorias e Práticas Urbanas: condições para a sociedade urbana*. Belo Horizonte: Com Arte Editora, 2015. p. 55-70.

MERRIFIELD, Andy. The Urban Question Under Planetary Urbanization. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 164-180.

ROBINSON, Jennifer. Global and world cities: a view from off the map. *International Journal Of Urban And Regional Research*, v. 26, n. 3, p.531-554, set. 2002.

ROY, Ananya. The 21st-Century Metropolis: New Geographies of Theory. *Regional Studies*, v. 43, n. 6, p.819-830, jul. 2009.

ROY, Ananya. Who is afraid of postcolonial theory? *International Journal of Urban and Regional Research*, 2015. no prelo.

SAINATH, Palagummi. Neoliberal Terrorism in India: The Largest Wave of Suicides in History. *Counterpunch*. 12fev. 2009. Disponível em: <<http://www.counterpunch.org/2009/02/12/the-largest-wave-of-suicides-in-history-2/>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

_____. The slaughter of suicide data. *Blog de Palagummi Sainath*. 5ago. 2015. Disponível em: <<http://psainath.org/the-slaughter-of-suicide-data/>>. Acesso em: 22 nov. 2015.

SANTOS, Milton. *O trabalho do geógrafo no terceiro mundo*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SATTERTHWAITE, David. Urban myths and the mis-use of data that underpin them. In: BEALL, Jo; GUHA-KHASNOBIS, Basudeb.; KANBUR, Ravi. (Ed.) *Urbanization and development*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 83-100. Disponível em: <<https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/wp2010-28.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

SEVILLA-BUITRAGO, Alvaro. Historical Enclosures and the Extended Urbanization of the Countryside. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 236-259.

SHEPPARD, Eric; LEITNER, Helga; MARINGANTIB, Anant. Provincializing Global Urbanism: A Manifesto. *Urban Geography*, v. 34, n. 7, p. 893-900, 29 jul. 2013.

SOJA, Edward. *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford: Backwell, 2000.

SOJA, Edward; KANAI, Miguel. The Urbanization of the World. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlim: Jovis, 2014. p. 142-159.

TAYLOR, Peter; LANG, Robert. The shock of the new: 100 concepts describing recent urban change. *Environment and Planning A*, v. 36, p. 951-958, 2004.

UN-HABITAT (United Nations Human Settlement Programme). *The State of the World's Cities Report 2006/2007*. Londres: Earthscan, 2007.

WACHSMUTH, David. City as Ideology. In: BRENNER, Neil. (Ed.) *Implosion/Explosion: Towards a Study of Planetary Urbanization*. Berlin: Jovis, 2014. p. 353-371.

WALKER, Richard. Building a better theory of the urban: A response to 'Towards a new epistemology of the urban?' *City*, v. 19, n. 2-3, p. 183-191, 2015.

WILSON, Japhy; BAYÓN, Manuel. Concrete Jungle: The Planetary Urbanization of the Ecuadorian Amazon. *Human Geography*, v. 8, n. 35, p. 1-23, 2015.